



SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA	1
ATESTADO ADMINISTRATIVO - DPT	2
DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES - DPT	13

PRESIDÊNCIA

PORTARIA Nº 345/PRES, de 03 de março de 2020

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto, aprovado pelo Decreto nº 9010, de 23 de março de 2017, e consoante ao item 4º, da cláusula segunda do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre Instituto Internacional de Educação no Brasil - IEB e a FUNAI, para implementação do Projeto Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas no âmbito da Cooperação Financeira Alemã, publicado no DOU de 05 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Implementar uma Unidade de Coordenação do Projeto - UCP, responsável pela coordenação geral e gestão técnica do projeto para promover o desenvolvimento do Projeto Proteção e Gestão Sustentável em Terras Indígenas no âmbito da Cooperação Financeira Alemã.

Art. 2º Designar os integrantes da UCP nas diversas funções necessárias ao seu funcionamento.

Art. 3º Composição da UCP com as respectivas funções:

Coordenador Técnico Nacional – João Pinto Rosa;

Suplente – Juan Felipe Negret Scalia;

Especialista em Gestão Ambiental – Bianca Ferreira Lima;

1º Suplente: Nathali Germano dos Santos;

Especialista em Etnodesenvolvimento – Juan Felipe Negret Scalia;

Suplente – Tayana Lopes Vollmer;

Especialista em Monitoramento Territorial – Juliana de Almeida;

Suplente – Priscila Ayres Feller;

Especialista em Índios Isolados e Recente Contato – Paula Wolthers de Lorena Pires;

Suplente – Priscila Ribeiro da Cruz;

Especialista em Administração e Gestão – Fernanda Carvalho Andrade Campos;

Suplente – Nikolas Raphael Gil Alcon Mendes.

Parágrafo único - O suplente do Coordenador Técnico Nacional o secundará nas atividades em que este não esteja presente, sendo o seu eventual substituto.

Art. 4º As equipes técnicas do Banco de Desenvolvimento Alemão (KFW) e o IEB, quando solicitado formalmente pela UCP, participarão das reuniões, visando subsidiar os trabalhos em curso.

Art. 5º A UCP, quando necessário, poderá contar com apoio de outros técnicos especializados na implementação de rotinas específicas e de sistemas de monitoramento do projeto.

Art. 6º A UCP terá as seguintes atribuições:

I. Orientação estratégica e coordenação técnica geral do Projeto;

II. Consolidação e quando solicitado formalmente, contar com o apoio das equipes técnicas do KFW e IEB para elaboração das propostas diante de necessidade técnica para os Planos Operacionais Anuais (POA) e os Planos de Aquisições (PA), que necessariamente serão submetidos à aprovação da CPD;

III. Acompanhamento dos trabalhos juntamente com o Coordenador Técnico, KFW e demais instâncias;

IV. Articulação com o Gestor Financeiro e outros entes, visando o desenvolvimento das atividades do Projeto;

V. Auxílio na elaboração para submeter à aprovação, juntamente com o apoio da Consultoria de Implementação (CI) os seguintes produtos: Termos de Referência e Especificações Técnicas para subsidiar os processos licitatórios visando a compra de bens e serviços técnicos, bem como assistir o Gestor Financeiro na análise de propostas técnicas, quando necessário;

VI. Acompanhamento dos processos licitatórios realizados pelo Gestor Financeiro no âmbito do Projeto, previamente à solicitação da “não-objeção” do KFW;

VII. Monitoramento do progresso físico e financeiro segundo o cronograma definido e acordado, visando o alcance dos objetivos e resultados propostos;

VIII. Participação na análise e recepção de bens adquiridos e serviços contratados, com a participação do setor responsável da Funai, inclusive das prestações de consultorias, zelando pela observância dos padrões de qualidade técnicos especificados com exceção da recepção de obras de infraestrutura, que será da responsabilidade do Gestor Financeiro;



IX. Contribuição na elaboração dos relatórios de progresso referentes à implementação física e financeira e o alcance dos objetivos do Projeto.

X. Participação em exercícios de avaliação intermediária e final do Projeto.

Art. 7º São atribuições do Coordenador Técnico Nacional:

I. Exercer funções de caráter técnico de planejamento, supervisão e interlocução;

II. Representar formalmente a FUNAI perante à ABC, organismo internacional cooperante e aos órgãos de controle, responsabilizando-se pelas atividades desenvolvidas no âmbito do projeto;

III. Subsidiar a UCP com informações políticas e administrativas necessárias para suas deliberações;

IV. Assumir a Presidência da Comissão Partidária Deliberativa (CPD).

Art. 8º Caberá às Diretorias da FUNAI apoiarem o projeto nas ações de sua competência.

Art. 9º A UCP terá vigência até dezembro de 2022, conforme término do ACT FUNAI - IEB.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente

ATESTADO ADMINISTRATIVO - DPT

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 1946861 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08749.000718/2019-82	121/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
RAMIRO LIMA BARROS		654.475.732-20	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA MATILDE BRUNO DE FREITAS, S/N, 7 DE SETEMBRO		69.378-000	RR
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA BEIRA RIO	CAROEBE	RR	480,7288
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO EMITIDA PELA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA EM RORAIMA		-	-
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
--	--	--	14/01/2009
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
ANARIO DE OLIVEIRA FILHO		ENGENHEIRO CIVIL	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
0694-D/RR		0008206014279	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.



5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



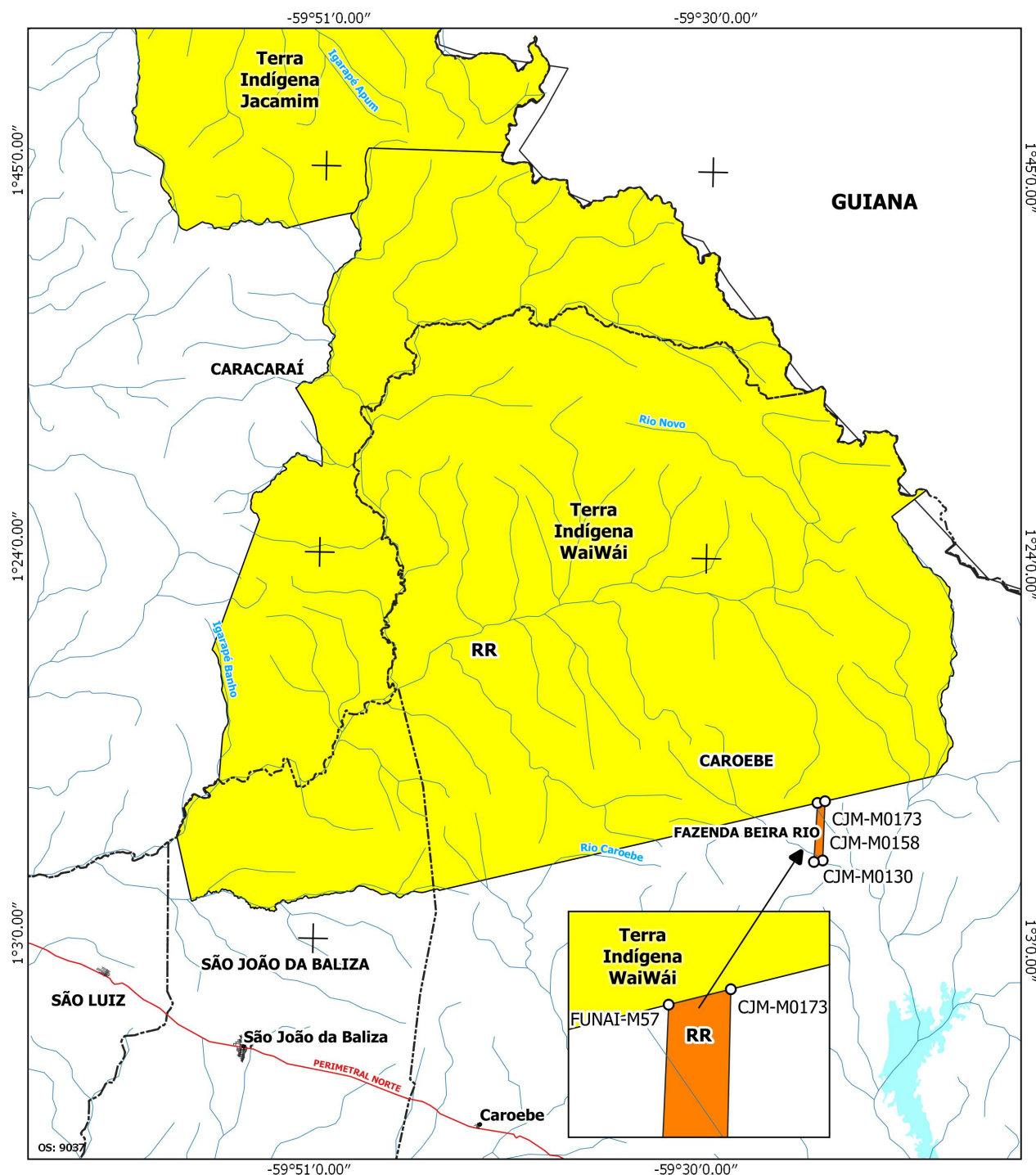
BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional do Índio

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 05 de março de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 43 - p. 4



Legenda

- Terra Indígena em Estudo
- Terra Indígena
 - Delimitada
 - Homologada
 - Reserva Indígena
 - Restrição de Uso
 - Regularizada
 - Declarada
 - Limite Municipal
 - Limite Estadual
- Limite Internacional
- Área Limitrofe
- Distância
- Sede do município
- Massa D'Água
- Hidrografia
- Rodovia
 - Federal
 - Estadual

Observações:

- Este Documento não é válido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/2001.
- Informamos que o referido imóvel é limítrofe com a Terra Indígena WaiWai.

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica: FUNAI - Terras Indígenas / ANA - Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

		MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT	
DENOMINAÇÃO: FAZENDA BEIRA RIO		INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA N°1117/19	
INTERESSADO: RAMIRO LIMA BARROS		Documento Referência: 08749.000718/2019-82	
MUNICÍPIO / UF: CAROEBE / RR		ESCALA: 1:490000	
DESENHO EM _____	CONFERIDO EM _____	CONFERIDO EM _____	
Adriano Farias Spalholz	JOSÉ DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA COCART / COGEB / DPT	JOSÉ ANTONIO DE SA COORD. GERAL DE GEOPROCESSAMENTO - COGEO / DPT CREA / PR N° 19.489/D	



Brasília, 05 de março de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 43 - p. 5

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 1968847 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08755.002282/2019-87	146/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
GERALDO ZAMBAN		007.598.300-10	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
AV MOREIRA PAZ, 1237, AP 02, BAIRRO FATIMA - VACARIA		95200-970	RS
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA OESTE A, E, J	COMODORO	MT	3.959,1141
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
1º OFÍCIO DA COMARCA DE COMODORO		COMODORO	MT
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
11.330	002	001	02/04/2019
11.334	002	001	02/04/2019
11.339	002	001	02/04/2019
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
ROBERVANE DE OLIVEIRA COSTA		ENGENHEIRO FLORESTAL	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
1207681113/MT		-	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



- Observações:

1 - Este Documento não é valido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/2001.
2 - Informamos o Córrego sem denominação é limite natural entre o referido Imóvel com matrícula 7.026 parte 2-A (2 de 23) e a Terra Indígena Vale do Guaporé.

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica : FUNAI - Terras Indígenas / ANA -
Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político



DENOMINAÇÃO:		FAZENDA OESTE		INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA N° 104/1/15	
INTERESSADO:		Geraldo Zamban.			
MUNICÍPIO / UF:		COMODORO / MT		Documento Referência: 08755.002282/2019-87	
				ESCALA:	1:160000
DESENHO EM ____/____/____		CONFERIDO EM ____/____/____		CONFERIDO EM ____/____/____	
Marina Santos Cardoso		JOSÉ DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA MAPA 104/1/15		JOSÉ ANTONIO DE SA COORD. GERAL DE GEOPROCESSAMENTO - CGEOG / DPT	



Brasília, 05 de março de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 43 - p. 7

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 1975872 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08620.006073/2019-38	152/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
VENTOS DE SÃO BENTO ENERGIAS RENOVÁVEIS S/A (CESSIONÁRIA)		14.675.949/0001-04	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
ROD. DR. MENDEL STEINBRUCH, S/N, KM 08, SALA 79, DISTRITO INDUSTRIAL, MARACANAÚ		61939-906	CE
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA CAMBUCANA	CAMPO FORMOSO	BA	7,9267
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS DA COMARCA DE CAMPO FORMOSO		CAMPO FORMOSO	BA
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
8.542	2-BS	042	12/09/2016
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
LINDIVANIA MARIA DE OLIVEIRA		ENGENHEIRA AGRIMENSORA	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
39317		BA20160040849	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

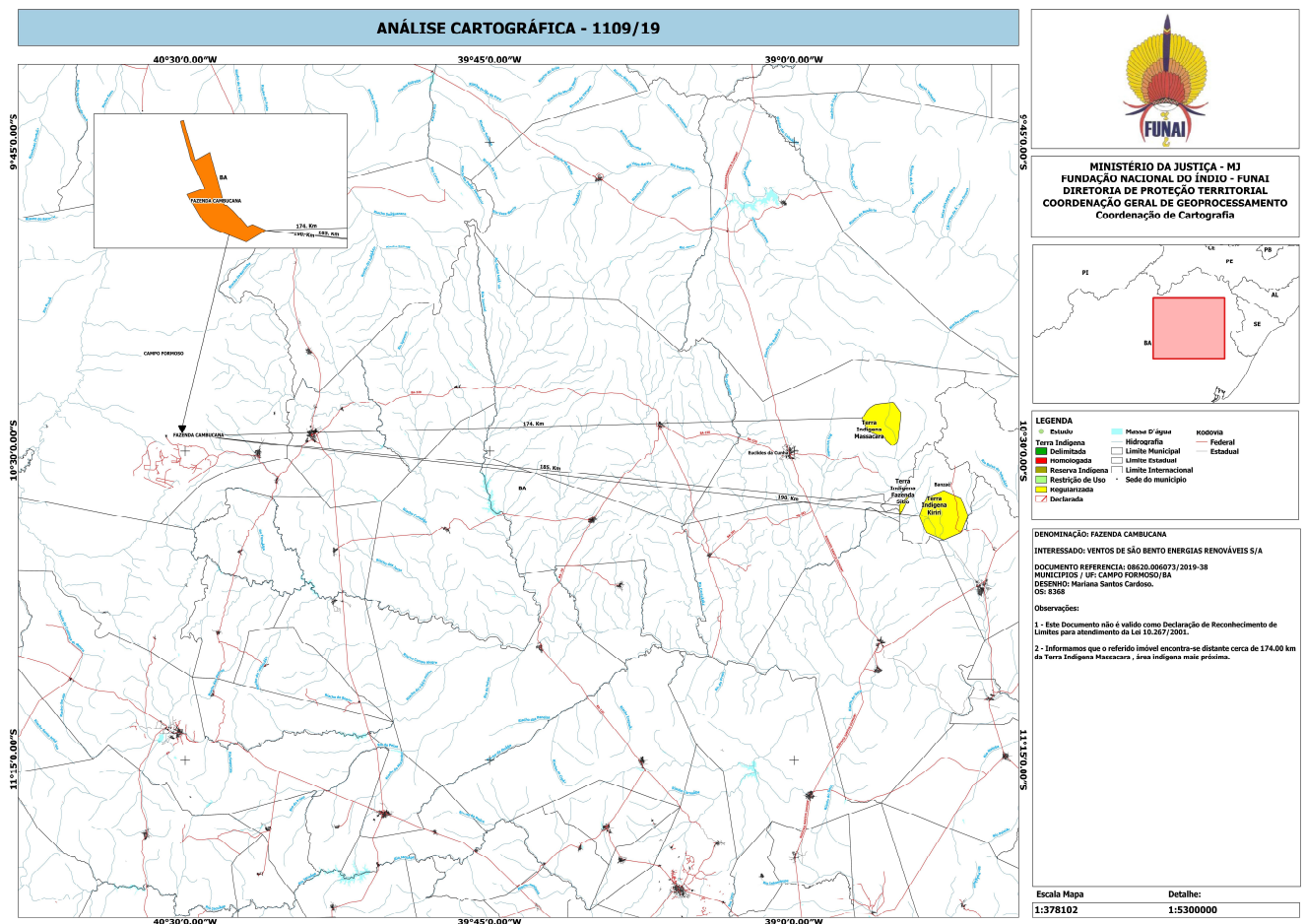
1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente





ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 1978597 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08755.002216/2019-15	155/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
FAZENDA TUPI BARÃO PARTICIPAÇÕES LTDA		19.259.926/0001-70	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 3015, CONJ 31, SALA C		01452-000	SP
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA TUPI BARÃO I	COLNIZA	MT	140,1098
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE COLNIZA		COLNIZA	MT
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
2019	02	01	18/06/2014
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
DIEGO NEVES RODRIGUES		TÉCNICO DE GRAU MÉDIO EM AGRIMENSURA	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
1212686896/MT		2934312-MT	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



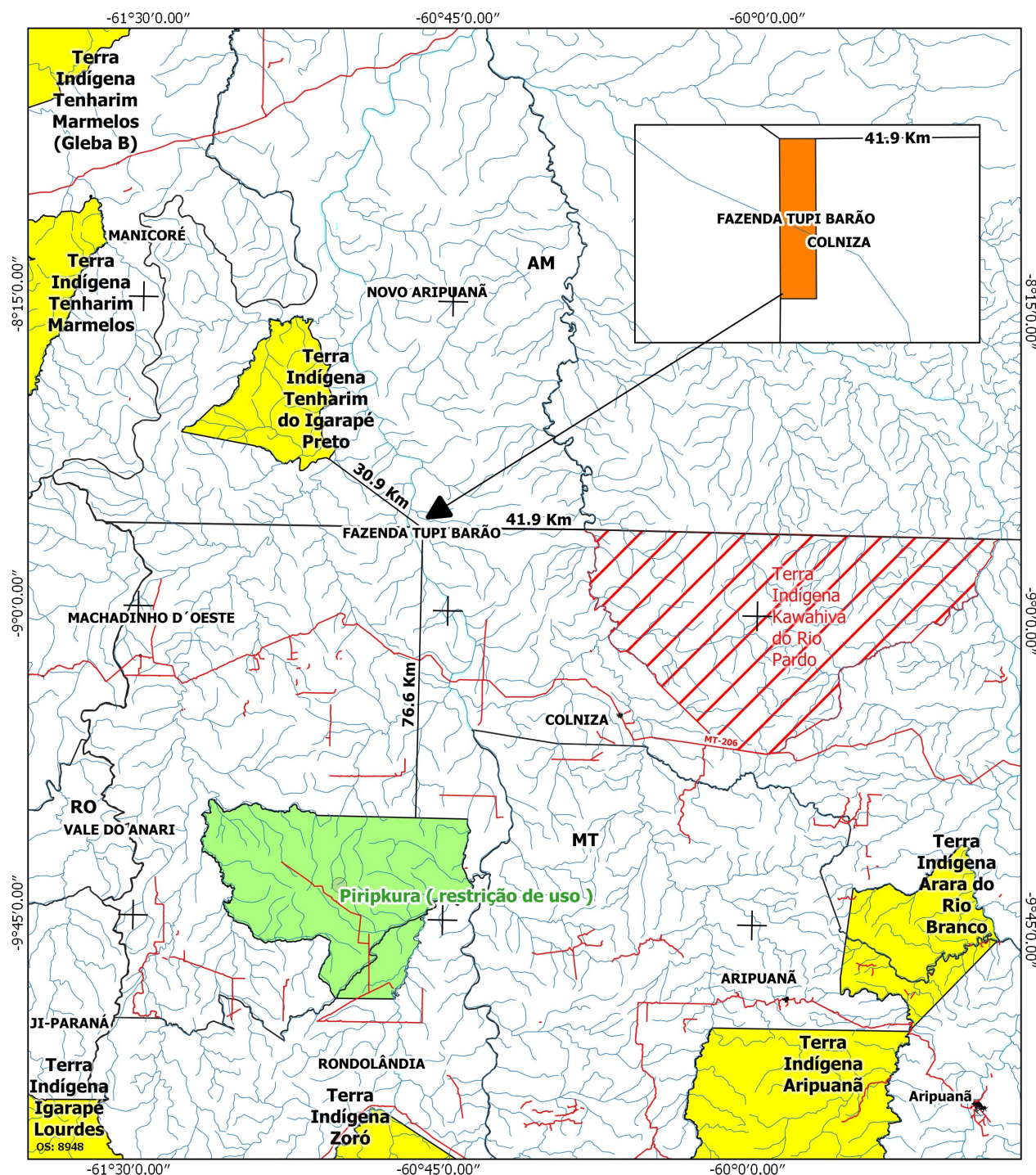
BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional do Índio

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 05 de março de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 43 - p. 10



Legenda

- Terra Indígena em Estudo
- Terra Indígena Delimitada
- Terra Indígena Homologada
- Reserva Indígena
- Restrição de Uso
- Regularizada
- Declarada
- Área ou Imóvel
- Limite Internacional
- Limite Municipal
- Limite Estadual
- Sede do município
- Massa D'Água
- Hidrografia
- Rodovia Federal
- Rodovia Estadual
- Distância

Observações:

- Este Documento não é válido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/2001.
- Informamos que o referido imóvel encontra-se distante cerca de 30,90 km da Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto, área indígena mais próxima.

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica: FUNAI - Terras Indígenas / ANA - Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

		MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT	
DENOMINAÇÃO: FAZENDA TUPI BARÃO		INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA N° 1051/19	
INTERESSADO: FAZENDA TUPI BARÃO PARTICIPAÇÕES Ltda.		Documento Referência: 08755.002216/2019-15	
MUNICÍPIO / UF: COMODORO / MT		ESCALA: 1:1200000	
DESENHO EM _____	CONFERIDO EM _____	CONFERIDO EM _____	
Marina Santos Cardoso	JOSÉ DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA COCART / CUBIO / DPT	JOSÉ ANTONIO DE SA COORD. GERAL DE GEOPROCESSAMENTO - COGEO / DPT CREA / PR N° 19.489/D	



Brasília, 05 de março de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 43 - p. 11

ATESTADO ADMINISTRATIVO Nº: 1984162 / ANO: 2020

PROCESSO Nº	OFÍCIO DPT Nº	DATA DE VALIDADE DO ATESTADO	
08749.000716/2019-93	164/2020/DPT/FUNAI	DOIS ANOS A CONTAR DA EMISSÃO	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ	
ANTONIO ALVES MOURA FILHO		602.095.163-48	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
VIVINAL 04, S/N, BAIRRO ZONA RURAL, SÃO JOÃO DA BALIZA		69375-000	RR
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA CATALUNHA	SÃO JOÃO DA BALIZA	RR	713,5893
CRI/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
CERTIDÃO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO EMITIDA PELA SEMATUR		-	-
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
-	-	-	09/11/2018
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
MARCIO VIEIRA LIMA		TÉCNICO EM AGRIMENSURA	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
090619264-1/RR		RR20180049285	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa no 03/PRES/2012, ATESTAMOS que, na data de expedição deste documento, foi constatada a NÃO INCIDÊNCIA do imóvel caracterizado pelos limites definidos nas coordenadas geográficas indicadas na planta e no memorial descritivo elaborados pelo responsável técnico acima qualificado, configuradas no croqui demonstrativo anexo, em terra indígena definida na forma da lei.

OBSERVAÇÕES:

1. Este documento tem validade por 2 (dois) anos, a contar da data de sua expedição, quando acompanhado do croqui demonstrativo elaborado pela FUNAI, devidamente autenticado, com base nas informações prestadas pelo responsável técnico contratado pelo interessado (planta e memorial descritivo do imóvel).
2. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
3. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto deste atestado, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela FUNAI.
4. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
5. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição da República: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



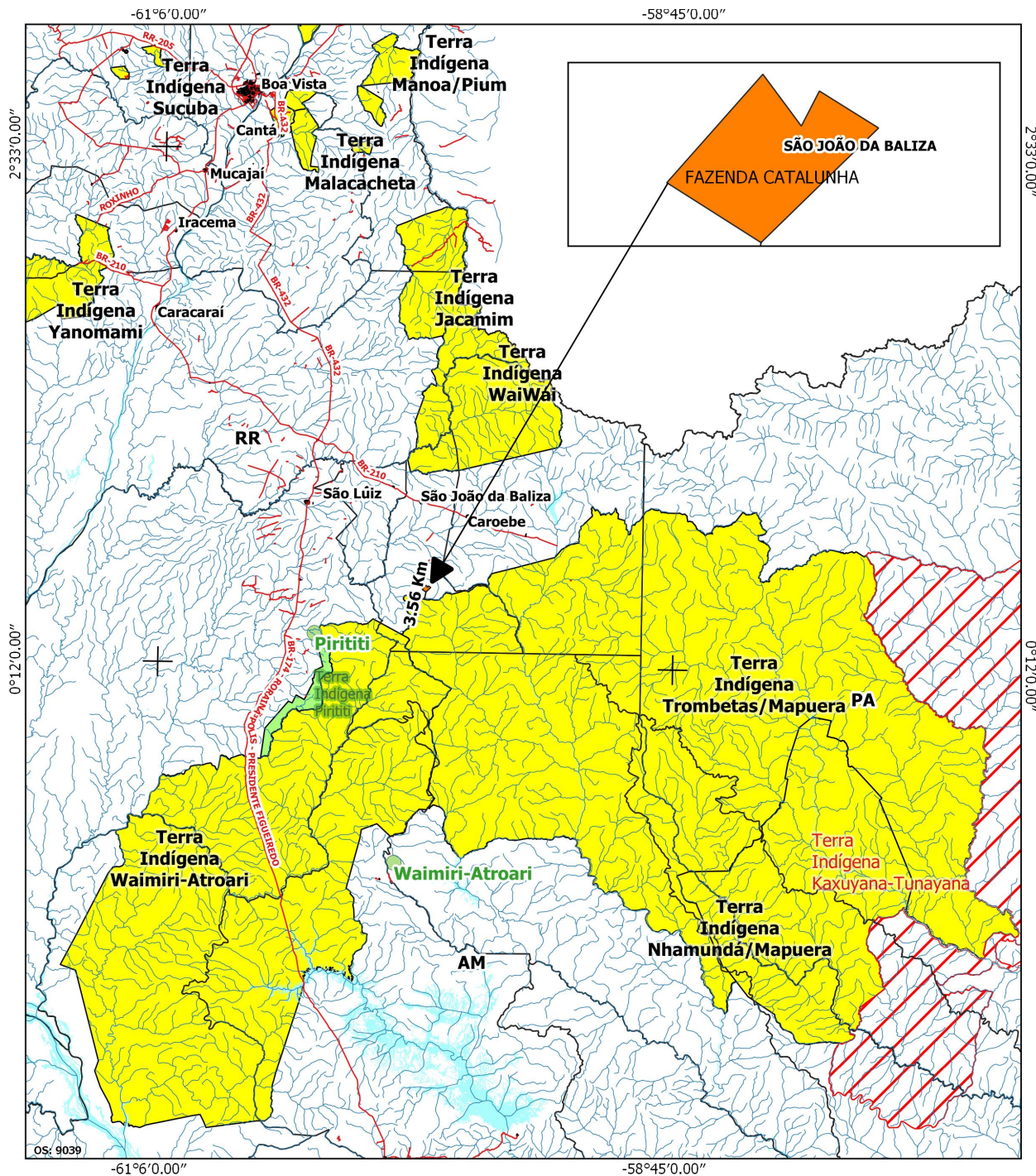
BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional do Índio

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 05 de março de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 43 - p. 12



Legenda

- Terra Indígena em Estudo
- Terra Indígena
 - Delimitada
 - Homologada
 - Reserva Indígena
 - Restrição de Uso
 - Regularizada
 - Declarada
- Distância
- Área ou Imóvel
- Limite Internacional
- Limite Municipal
- Limite Estadual
- Sede do município
- Massa D'Água
- Hidrografia
- Rodovia
 - Federal
 - Estadual

Observações:

1 - Este Documento não é válido como Declaração de Reconhecimento de Limites para atendimento da Lei 10.267/2001.

2 - Informamos que o referido imóvel encontra-se distante cerca de 3,56 km da Terra Indígena Trombetas / Mapuera, área indígena mais próxima.

Datum SIRGAS 2000
Base Cartográfica : FUNAI - Terras Indígenas / ANA -
Hidrografia / DNIT - Sistema Viário / IBGE - Mapa Político

		MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT	
DENOMINAÇÃO: FAZENDA CATALUNHA		INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA Nº 1112/19	
INTERESSADO: ANTONIO ALVES MOURA FILHO		Documento Referência: 08749.000716/2019-93	
MUNICÍPIO / UF: SÃO JOÃO DA BALIZA / RR		ESCALA: 1:2500000	
DESENHO EM: Marina Santos Cardoso	CONFERIDO EM: JOSE DE SOUSA CASTRO COORDENADOR DE CARTOGRAFIA COCART / COORD / DPT	CONFERIDO EM: JOSE ANTONIO DE SA COORDENADOR DE PROTEÇÃO TERRITORIAL COORD / DPT	



DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES - DPT

DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES Nº: 1976146 / ANO: 2020

PROCESSO Nº		OFÍCIO DPT Nº	
08620.012248/2017-84		153/2020/DPT/FUNAI	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ:	
FRANCISCO AIRTON FEITOSA DE OLIVEIRA		180.553.891-87	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RUA 16, CONJUNTO RIVIERA, GOIÂNIA		74730-280	GO
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE (ha)
FAZENDA RIO BONITO	MINAÇU	GO	167,7497
CARTÓRIO/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
CARTÓRIO 1º OFÍCIO E REGISTRO DE IMÓVEIS DE MINAÇU		MINAÇU	GO
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
3.598	-	-	30/10/1995
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
DIONATHAN GARCIA		ENGENHEIRO FLORESTAL	
REGISTRO NO CREA Nº		ART. Nº	
1209974541		1020160202985-GO	

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa nº 03/PRES/2012, DECLARAMOS que foram respeitados os limites com os imóveis confinantes de propriedade da União e de posse permanente destinados a indígenas.

OBSERVAÇÕES:

1. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
2. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto desta declaração, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela Funai.
3. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
4. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição Federal: “São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé”.

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente



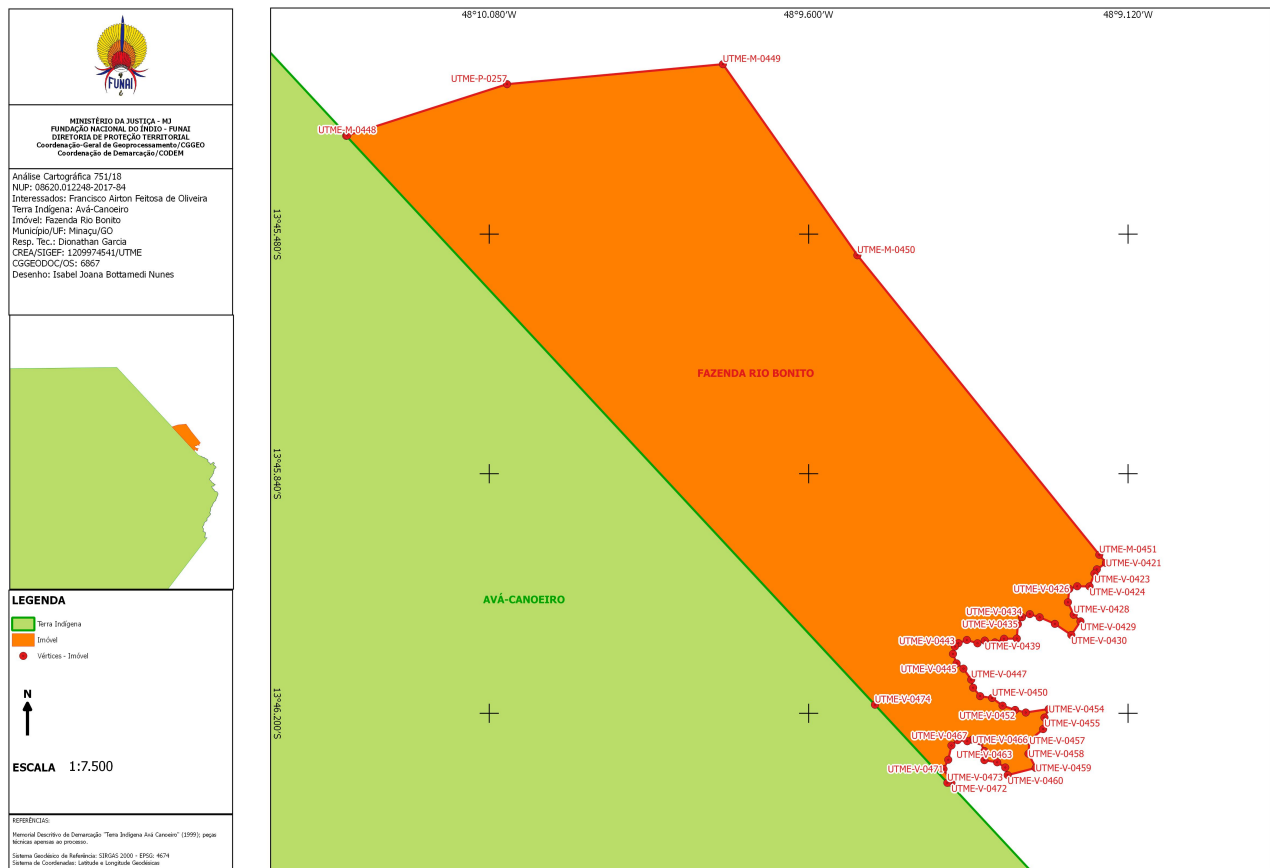
BOLETIM DE SERVIÇO

Fundação Nacional do Índio

Desenho Kadiwéu - MS

Brasília, 05 de março de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 43 - p. 14





DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE LIMITES Nº: 1982270 / ANO: 2020

PROCESSO Nº		OFÍCIO DPT Nº	
08620.014665/2017-61		160/2020/DPT/FUNAI	
NOME DO(S) INTERESSADO(S)		CPF/CNPJ:	
MILI S/A		78.908.266/0001-24	
ENDEREÇO (rua, bairro, cidade)		CEP	UF
RODOVIA BR-116, KM 109, Nº 21.501, BAIRRO PINHEIRINHO, CURITIBA		81690-500	PR
DENOMINAÇÃO DO(S) IMÓVEL(S)	MUNICÍPIO(S)	UF	SUPERFÍCIE INFORMADA(ha)
FAZENDA LEONÓPOLIS	INÁCIO MARTINS	PR	3.330,1252
CARTÓRIO/COMARCA		MUNICÍPIO(S)	ESTADO(S)
REGISTRO DE IMÓVEIS 2º OFÍCIO DA COMARCA DE IRATI		IRATI	PR
REGISTRO(S) OU MATRÍCULA(S)	LIVRO(S) Nº	FOLHA/FICHA(S) Nº (S)	DATA
8.913	1-F	06F	24/01/1994
8.914	1-F	06F	24/01/1994
RESPONSÁVEL TÉCNICO		ATRIBUIÇÃO PROFISSIONAL	
GILSON JOSÉ PEDRASSANI		ENGENHEIRO AGRÔNOMO	
REGISTRO NO CREA Nº			ART. Nº
13373-D-7º/PR			20153211549

Observado o procedimento instituído pela Instrução Normativa nº 03/PRES/2012, DECLARAMOS que foram respeitados os limites com os imóveis confinantes de propriedade da União e de posse permanente destinados a indígenas.

OBSERVAÇÕES:

1. As análises técnicas realizadas pelos setores desta Fundação, constantes nos autos do processo em epígrafe, foram baseadas nas peças cartográficas e demais documentos apresentados pelo interessado e pelo responsável técnico supracitado; são de sua total responsabilidade os dados fornecidos, respondendo civil, penal e administrativamente pelas irregularidades comprovadas ou fraudes nas informações prestadas.
2. Com fundamento na legislação que regulamenta a política indigenista, fica(m) o(s) interessado(s) obrigado(s) a comunicar(em) a esta Fundação a ocorrência de trânsito ou de presença de índios no(s) imóvel(eis), objeto desta declaração, e/ou a aceitar a adoção das medidas legais pertinentes, dentre as quais a revogação deste documento, quando tais fatos forem constatados pela Funai.
3. A emissão deste documento não implica no reconhecimento, por parte da FUNAI, do direito de propriedade do imóvel do interessado, bem como não autoriza por si só, o licenciamento ambiental único e/ou projeto de manejo florestal sustentável, cabendo ao interessado cumprir a legislação pertinente.
4. Ressalta-se o disposto no art. 231, § 6º da Constituição Federal: "São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa fé".

ALEXANDRE SILVEIRA DE OLIVEIRA

Diretor

MARCELO AUGUSTO XAVIER DA SILVA

Presidente

Brasília, 05 de março de 2020.

Boletim de Serviço da Funai – Número 43 - p. 16

